

EVOLUÇÃO DA POBREZA NO PARANÁ (2003-2013)

Ana Cristina Lima Couto

Graduação e mestrado em Economia pela Universidade Federal da Bahia. Doutorado em Economia pela Universidade Estadual de Maringá. Professora da Universidade Estadual de Maringá.
E-mail: aclcouto@uem.br

Elohá Cabreira Brito

Graduação em Ciências Econômicas e Mestrado em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Maringá. Professora assistente do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: eloha.cabreira@gmail.com

Joaquim Miguel Couto

Graduação em Administração de Empresas e Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Santos. Mestrado em Economia pela Universidade Federal da Bahia. Doutorado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Associado do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: jmcouto@uem.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo descrever o perfil da pobreza no Paraná, destacando as mudanças ocorridas entre os anos de 2003 e 2013. Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) foram analisados dois tipos de indicadores: 1) aqueles relativos à infraestrutura domiciliar, considerados *proxies* de bem-estar; e, 2) aqueles relacionados às características socioeconômicas dos responsáveis pelo domicílio. De modo geral, constataram-se melhorias nos diversos indicadores analisados tanto para os pobres como para os não pobres. No entanto, a observação dos dados permite inferir que, os pobres estão numa situação relativamente inferior quando comparados com os não pobres. Dos indicadores para os domicílios merece destaque o aumento do acesso a bens de consumo doméstico proporcionalmente maior para os pobres, indicando melhoria da qualidade de vida no lar. Em relação às características analisadas para as pessoas de referência, vale mencionar a maior vulnerabilidade dos pobres em termos de educação e mercado de trabalho. Os resultados encontrados indicam que as políticas de redução da pobreza no Paraná devem estar fortemente pautadas na melhoria do nível de renda via investimentos na educação, sobretudo da população mais pobre e na criação de oportunidades de empregos.

Palavras-chave: Paraná. Pobreza. Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

This article aims to describe the poverty profile in Paraná, highlighting the changes between the years 2003 and 2013. Based on data from the National Survey by Household Sampling (PNAD) for the period were analyzed two types of indicators: 1) those related to household infrastructure, considered welfare proxies; and, 2) those related to the socioeconomic characteristics of household heads. Generally it was found improvements in various indicators analyzed for both the poor and for the non-poor. However, the data observation allows us to infer that the poor are in a relatively weak position compared to the non-poor. Indicators for households, indicate the improvement of quality of life in the home of persons belonging to lower extract analysis of income, due to substantial increases in the proportion of poor who come to rely on domestic consumer goods. As for the characteristics analyzed for the head of family, it is worth mentioning the greater vulnerability of the poor in terms of education and the labor market. In addition, it was found that the average income of the poor is less than 20% of the income of the non-poor. The results indicate that in Paraná poverty reduction policies must be strongly based on improving the level of income through investments in education, especially to the poorest and the creation of job opportunities.

Keywords: Paraná. Poverty. Labor Market.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo geral descrever a evolução da pobreza no estado do Paraná com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e verificar as mudanças ocorridas entre 2003 e 2013 em um conjunto de indicadores socioeconômicos relacionados a sexo, cor, idade, educação, aspectos do mercado de trabalho bem como características relacionadas às condições da moradia.

Neste estudo, a pobreza é analisada em função do nível de renda. Para identificar o indivíduo pobre, optou-se pelo estabelecimento de uma linha de pobreza de meio salário mínimo de renda domiciliar *per capita*, medida amplamente utilizada em diversos estudos que tratam da pobreza. As unidades de análise utilizadas são os domicílios e os responsáveis pelo domicílio¹.

O artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção discutem-se alguns aspectos conceituais sobre pobreza. Na terceira seção apresenta-se a metodologia empregada. Na quarta seção são apresentados os resultados em relação à evolução da pobreza tendo como base as características dos domicílios e dos responsáveis pelo domicílio. Na quinta seção são feitas as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 POBREZA: BREVE DISCUSSÃO CONCEITUAL

De acordo com Laderchi, Saith e Stewart (2003), apesar do amplo consenso de que a redução da pobreza é um importante objetivo da política de desenvolvimento de diversos países, não há consenso algum quando se trata de defini-la. Rocha (2006, p. 9-10) afirma que:

Pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. Para operacionalizar essa noção ampla e vaga, é essencial especificar que necessidades são essas e qual nível de atendimento pode ser considerado adequado. A definição relevante depende basicamente do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico. Em última instância, ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive.

Desse modo, a pobreza está relacionada com as privações vividas pelas pessoas, sejam elas materiais ou não. Para Hagenaars e De Vos (1988), a pobreza pode ser entendida a partir de três definições diferentes: pobreza absoluta, relativa e subjetiva. A pobreza absoluta é a forma mais simples de identificar os pobres tomando-se como referência a insuficiência de renda (abordagem monetária).

A noção de pobreza relativa depende do padrão de vida que vigora na sociedade. Conforme destacado por Altimir (1979), a pobreza de um indivíduo é identificada em relação ao nível de bem-estar dos outros, sendo pobre aquele que tem um padrão de vida relativamente inferior aos demais. Ou, segundo Hagenaars e

¹ Que também são conhecidos como chefes de domicílio.

De Vos (1988), pobre é aquele que não tem acesso a certos bens que são comuns na sociedade em que ele está inserido.

A pobreza subjetiva, por sua vez, tem um caráter normativo, refletindo um “juízo de valor” e o sentimento de que não se tem o suficiente. Esta concepção depende da importância que as pessoas dão às suas preferências em termos dos bens e serviços. Sendo assim, cada pessoa pode ter uma noção do que é ser pobre, conforme o valor que ela dá a tais bens e serviços (LIMA, 2005).

A abordagem monetária da pobreza tem um caráter material, pois relaciona a pobreza com a incapacidade de satisfação das necessidades materiais dos indivíduos. Desse modo, a renda é um indicador que pode ser interpretado como *proxy* para se avaliar questões relativas ao bem-estar e pobreza.

Por volta dos anos 1940 surgiu a abordagem das necessidades básicas (*basic needs*), segundo Silva, Lacerda e Neder (2011), a qual amplia o conceito de pobreza, incorporando outros tipos de privações, além da baixa renda. Sob essa visão, são pobres, portanto, aqueles que não têm suas necessidades básicas satisfeitas no âmbito do consumo privado e do acesso à infraestrutura. No âmbito do consumo privado, estão as necessidades de alimentação, vestuário, moradia, utensílios domésticos e móveis. No âmbito da infraestrutura, incluem-se itens que são ofertados a todas as pessoas pelo poder público, tais como o acesso à água potável, energia elétrica, coleta de lixo, saneamento básico, transporte coletivo, saúde, educação, entre outros serviços (MAXWELL, 1999; SALAMA; DESTREMAU, 1999; LIMA, 2005; ROCHA, 2006; SILVA; LACERDA; NEDER, 2011).

Recentemente, surgiu uma nova abordagem sobre pobreza chamada abordagem das capacitações, que ganhou destaque a partir dos trabalhos do economista e filósofo Amartya Sen. Em seu livro “Desenvolvimento como Liberdade”, Sen (2010) afirma que apesar da abundância que existe atualmente no mundo, ainda há muitas situações de privação, como por exemplo, a persistência da pobreza, da fome, de necessidades básicas não satisfeitas, da violação de liberdades, das ameaças ao meio ambiente, das discriminações contra as mulheres, entre outros problemas que acarretam baixa qualidade de vida às pessoas. Para Sen, a superação de tais problemas é um elemento central do processo de desenvolvimento.

Sen é o precursor da chamada abordagem das capacitações ou das capacidades (*capabilities approach*). Para este autor, a pobreza deve ser entendida não apenas pelo critério tradicional (baixa renda), mas também como a não realização de certos funcionamentos (*functionings*) essenciais como a privação de capacidades básicas. Os funcionamentos podem ser entendidos como “as realizações possíveis” ou, ainda, como o modo de “levar a vida”, os quais, de acordo com Sen (2001, p. 79):

[...] podem variar desde coisas elementares como estar nutrido adequadamente, estar em boa saúde, livre de doenças que podem ser evitadas e da morte prematura etc., até realizações mais complexas, tais como ser feliz, ter respeito próprio, tomar parte na vida da comunidade, e assim por diante.

Os funcionamentos (ações) estão associados com a noção de “capacidade de funcionar”. A pobreza refere-se, portanto, à ausência de capacidades para realizar funcionamentos. A noção de capacidades, por sua vez, está atrelada às habilidades e oportunidades que permitem aos seres humanos executar ações

adequadas para sua existência e assim obter condições dignas de vida. Assim, pobre é aquele que não tem os recursos (tais como a renda e o acesso a bens) que lhe proporcione a capacidade de realizar um mínimo de atividades. Para isso, a pessoa precisa de recursos monetários, de bens e serviços fornecidos pelo poder público, de ativos físicos e de capital. Portanto, para ter capacidades, é preciso obter tais recursos (SALLES; TUIRÁN, 2003).

3 METODOLOGIA

Não há consenso na literatura especializada em relação a um conceito satisfatório para avaliar a pobreza. Neste artigo, optou-se por identificar os pobres pelo critério da renda. A fonte de dados utilizada é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)² dos anos de 2003 e 2013 para o estado do Paraná. Todos os resultados apresentados foram gerados utilizando-se os fatores de expansão de cada pessoa e de cada domicílio, os quais são fornecidos pela PNAD.

Adotou-se como linha de pobreza $\frac{1}{2}$ salário mínimo de renda mensal domiciliar *per capita*³. Tomou-se como referência o salário mínimo nacional em vigor em setembro de 2013 equivalente a R\$ 678,00, sendo a linha de pobreza R\$ 339,00. Os valores monetários de 2003 foram convertidos para Reais (R\$) de setembro de 2013, utilizando-se o Índice Nacional de Preço ao Consumidor restrito (INPC)⁴. Foram geradas duas categorias de renda: a) pobres, aqueles que têm renda *per capita* menor ou igual a $\frac{1}{2}$ salário mínimo; e b) não-pobres, aqueles cuja renda *per capita* é maior que $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Todos os indicadores também foram calculados para o total da população. Em consonância com os argumentos de Osório *et al.* (2011), é importante registrar que as pessoas que possuem rendimento maior que a linha de pobreza de $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*, aqui consideradas como não pobres, não podem ser confundidas com pessoas “ricas”.

As unidades de análise utilizadas para descrever o perfil da pobreza no Paraná são os domicílios e as pessoas de referência no domicílio com 10 anos ou mais de idade. A descrição do perfil da pobreza no Paraná a partir de informações sobre a pessoa de referência no domicílio se deve ao fato de que, conforme mencionado por Rocha (2006) e Schwartzman (2007), o nível de renda domiciliar é determinando, sobretudo, pela renda da pessoa de referência. É dessa renda que depende majoritariamente o nível de bem-estar dos componentes do domicílio.

A descrição da pobreza é realizada a partir de um conjunto de indicadores relativos às condições do domicílio e às características das pessoas de referência, os quais refletem a situação de vida das pessoas que são pobres pelo lado da renda. Neste trabalho, apesar de se usar exclusivamente o critério monetário para definir quem é pobre, não se desconhece que a pobreza tem um caráter multidimensional. Em consonância com Osório *et al.* (2011, p. 8), acredita-se que:

² A PNAD é uma pesquisa amostral realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

³ Foram excluídos os membros cuja condição no domicílio fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico, os casos com renda ignorada, mas foram mantidos os casos com renda nula.

⁴ A abrangência geográfica do INPC inclui as regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Salvador, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, além de Brasília e o município de Goiânia.

Esta multidimensionalidade da pobreza é mais bem apreendida pela elaboração de um perfil da pobreza, um conjunto de indicadores de várias dimensões do bem-estar calculados para as pessoas em distintas faixas de renda, do que por um indicador multidimensional que achate a diversidade de situações em um único número.

A PNAD fornece um grande número de informações que permitem avaliar diversas características dos domicílios e das pessoas. Na amostra utilizada foram considerados apenas os domicílios particulares permanentes⁵ e as características analisadas referem-se a itens relativos à qualidade da moradia em termos de tamanho e material utilizado na construção, condição de ocupação do imóvel, acesso a serviços de saneamento e abastecimento de água, energia elétrica, telefonia e acesso a bens de consumo duráveis. Estes aspectos são considerados em muitos trabalhos como *proxies* das condições de vida das pessoas e permitem fazer avaliações sobre o nível de qualidade de vida e bem-estar das famílias.

Foram utilizadas também variáveis relativas a aspectos de ordem individual das pessoas de referência no domicílio, tais como gênero, cor ou raça, idade, e educação, além de algumas características referentes ao mercado de trabalho, como taxa de participação, taxa de desemprego, distribuição dos ocupados por posição na ocupação, por jornada semanal de trabalho e por contribuição a instituto de previdência. A partir desses indicadores é possível obter um perfil de algumas das principais características das pessoas de referência em situação de pobreza no Paraná⁶.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 PERFIL DA POBREZA: UMA ANÁLISE DOS DOMICÍLIOS PARANAENSES

Em relação à condição de ocupação do domicílio (Tabela 1), independentemente da categoria de renda, nota-se tanto em 2003 quanto em 2013 um alto percentual de domicílios construídos em terreno próprio (acima de 91%). Embora o percentual de domicílios próprios já pagos ou financiados tenha apresentado redução no período, observa-se que em 2013, 64,4% dos domicílios pobres e 74,4% dos não pobres estavam nesta condição. Apesar da situação relativamente pior dos pobres em relação aos não pobres, a proporção de mais de 60% dos pobres em imóvel próprio denota um fator muito importante, pois, conforme IBGE (2010), a posse da moradia dá tranquilidade e segurança para as famílias, sobretudo as de baixa renda.

Ainda com base na Tabela 1, observa-se queda na porcentagem de moradias cedidas em todas as categorias de renda entre 2003 e 2013. No entanto, considerando os dados de 2013, entre os pobres (14,86%) há maior participação deste tipo de domicílio, sendo 8,6 pontos percentuais (p.p.) superior em relação aos não pobres. De acordo com IBGE (2010), esta situação significa que os pobres possuem maior insegurança porque o acesso à moradia geralmente depende do

⁵ Refere-se aos domicílios localizados em casa, apartamento ou cômodo e utilizados para moradia. Foram excluídos do banco de dados os domicílios coletivos, tais como prisão, hotéis, hospitais, asilos, entre outros.

⁶ Cabe registrar que a programação em Stata 10 para a construção de algumas variáveis e tabelas utilizadas neste artigo foi gentilmente disponibilizada por Rafael Osório, técnico do IPEA.

vínculo empregatício do trabalhador. Se essa relação se desfaz, o mesmo fica numa situação vulnerável.

Tabela 1 - Indicadores de condição de ocupação do domicílio – Paraná (2003-2013) - Em % dos domicílios

Condição de ocupação	Categorias de renda					
	Pobres		Não pobres		Total	
	2003	2013	2003	2013	2003	2013
Próprio (já pago)	61,85	58,90	66,50	64,55	64,54	63,68
Próprio (financiado)	9,70	5,50	10,65	9,81	10,25	9,15
Alugado	11,29	20,58	15,82	19,06	13,91	19,29
Cedido	16,26	14,86	6,90	6,23	10,85	7,55
Terreno próprio	91,77	94,74	96,52	96,26	94,61	96,05

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2003 e 2013.

A Tabela 2 apresenta indicadores que expressam a qualidade dos domicílios. De modo geral, houve melhorias nestes indicadores que conferem bem-estar às famílias. Em relação à durabilidade da construção, conforme ressaltado pelo IBGE (2010), esta deve ter estrutura adequada e permanente. Nota-se que tanto em 2003 quanto em 2013 são altas as proporções de domicílios paranaenses que possuem paredes e coberturas duráveis em todos os estratos de renda.

Tabela 2 - Indicadores de qualidade dos domicílios – Paraná (2003-2013) – Em % dos domicílios

Indicadores	Categorias de renda					
	Pobres		Não pobres		Total	
	2003	2013	2003	2013	2003	2013
Paredes duráveis	97,43	98,34	99,56	99,31	98,66	99,16
Cobertura durável	99,40	98,27	99,86	98,82	99,66	98,73
Canalização água interna	77,79	81,84	90,60	92,19	85,20	90,60
Acesso a banheiro	96,91	98,73	99,65	99,76	98,50	99,60
Pessoas por dormitório	2,32	2,17	1,68	1,63	1,95	1,72

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2003 e 2013.

No que diz respeito à canalização de água interna (em pelo menos um cômodo), houve avanços nas duas classes de renda consideradas (Tabela 2). No entanto, os domicílios pobres se encontram numa posição relativamente mais desvantajosa. Mesmo com a expansão em 4,1 pontos percentuais, de 77,8% em 2003 para 81,8% em 2013, estes ainda estão 10,4 p.p. abaixo da proporção de domicílios não pobres que possuem este recurso (92,2%).

Segundo o relatório do IPARDES (2003, p. 31) a importância da canalização interna encontra-se em indícios de que esta “[...] traduz-se em uma melhora geral das condições socio sanitárias da família, particularmente no que diz respeito a doenças infectocontagiosas”. Deste modo, as famílias que não possuem acesso à água canalizada em seus domicílios estão mais vulneráveis a doenças. Em 2013, tal vulnerabilidade é maior entre as famílias pobres (18,2%) do que entre as famílias não pobres (7,8%).

O acesso a banheiro também é alto entre pobres e não pobres. Sobre o número de pessoas por dormitório, apresentado na Tabela 2, este é um indicador que expressa se o domicílio tem área suficiente para se viver sendo também mais um aspecto que reflete qualidade de vida no lar. Conforme as recomendações

internacionais, uma moradia é adequada se não mais do que duas pessoas dividem o mesmo dormitório⁷. Entre 2003 e 2013, para os domicílios pobres a densidade do dormitório reduziu-se de 2,3 para 2,2 pessoas, se aproximando do nível adequado e para os não pobres a densidade caiu de 1,7 para 1,6.

De acordo com o IBGE (2010, p. 82), “[...] o acesso aos serviços de saneamento constituem a representação básica de uma moradia digna”. Neste quesito, foram considerados três componentes: distribuição de água via rede geral, forma de escoadouro e destino do lixo. Conforme os dados da Tabela 3 constata-se que a distribuição de água via rede geral é maior entre os não pobres. Já a proveniência da água via poço ou nascente é duas vezes maior entre os pobres. O problema deste tipo de acesso à água, conforme ressaltado pelo IBGE (2010), é que esta não passa por processos de tratamento para deixar a água apropriada para o consumo humano. Já a água distribuída via rede geral é considerada mais adequada. Somando-se as proporções da proveniência da água via rede geral e poço ou nascente, observa-se que o percentual das estratificações de renda estudadas é extremamente elevado, acima de 99% tanto em 2003 quanto em 2013.

A Tabela 3 também traz informações sobre a forma de escoadouro utilizada nos domicílios e o destino do lixo. Seguindo o conceito utilizado pelo IBGE (2011), diz-se que a forma de escoadouro é adequada quando os dejetos são eliminados através de rede coletora ou fossa séptica ligada à rede coletora ou não, e que o destino do lixo é adequado quando o mesmo é coletado diretamente (através de serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada) ou indiretamente (quando as pessoas o depositam num determinado local como, por exemplo, uma caçamba para ser recolhido posteriormente).

Tabela 3 - Indicadores de acesso a serviços de saneamento básico – Paraná (2003-2013) - Em % dos domicílios

Indicadores	Categorias de renda					
	Pobres		Não pobres		Total	
	2003	2013	2003	2013	2003	2013
Proveniência da água*						
Rede geral	80,99	83,22	91,02	92,60	86,93	91,18
Poço ou nascente	18,95	16,48	8,91	7,35	13,01	8,73
Forma de escoadouro*						
Escoadouro adequado	52,32	66,86	74,16	80,37	64,96	78,30
Fossa rudimentar	42,55	30,30	24,55	18,86	32,01	20,60
Destino do lixo*						
Coleta de lixo adequada	79,63	88,46	91,27	94,92	86,36	93,93
Queimado ou enterrado	18,82	11,29	8,30	4,86	12,73	5,85
Acesso simultâneo à água de rede, esgotamento sanitário e coleta de lixo adequados	47,50	62,00	70,36	77,87	60,73	75,43

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2003 e 2013.

*A diferença da soma das proporções para 100% refere-se a outras formas que foram omitidas.

Com relação ao esgotamento sanitário e coleta de lixo adequados, houve expansão da proporção de domicílios atendidos entre 2003 e 2013, embora a situação precária entre os pobres no que tange ao escoadouro adequado não tenha se alterado de forma tão significativa quanto necessário, destacando que 30,3% da

⁷ Essa especificação foi definida pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT), conforme (IBGE, 2010, p. 80).

população pobre paranaense utilizava em 2013 como forma de escoadouro a fossa rudimentar, enquanto entre os não pobres este percentual é de 18,7%.

A observação do indicador que agrega o acesso simultâneo ao abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário adequado e coleta de lixo adequada, na Tabela 3, revela uma melhoria tanto entre os pobres (14,5 p.p.) quanto entre os não pobres (7,5 p.p.) no período de 10 anos. Ressalta-se que tal melhoria tenha ocorrido mais substancialmente entre os pobres. Em 2013 mais de 77% dos não pobres tinham acesso simultâneo ao abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário adequado e coleta de lixo adequada. Entre os pobres somente 62% tinham acesso a estes serviços. Vale lembrar que os indicadores de acesso a serviços de saneamento analisados referem-se a alguns itens básicos de infraestrutura, que se enquadram na ótica do consumo coletivo e que, portanto, devem ser ofertados pelo poder público a todos os cidadãos, independentemente do nível de renda.

A Tabela 4 contém informações sobre a posse de bens duráveis de consumo de uso doméstico e aos serviços de energia elétrica e telefonia. Dentre os bens selecionados, a maioria é encontrada em quase todos os domicílios paranaenses. Contudo, é importante destacar os bens que passaram a fazer parte mais significativamente dos domicílios paranaenses. São eles: máquina de lavar roupas, microcomputador e telefone celular. Foi bastante expressivo o aumento da proporção de domicílios pobres que passaram a ter este três bens. Em 2013, entre os domicílios pobres 50,5% possuíam máquina de lavar roupas, 30,8% possuíam computadores e 88,7% telefonia celular. Porém, cabe enfatizar que a proporção de domicílios pobres com acesso a tais bens ainda está muito distante da proporção verificada nos domicílios não pobres. Certamente, isto se deve às restrições financeiras para adquirir tais bens.

Tabela 4 - Indicadores de acesso a bens duráveis de consumo, energia elétrica e telefonia - Paraná (2003-2013) – Em % dos domicílios

Indicadores	Categorias de renda					
	Pobres		Não pobres		Total	
	2003	2013	2003	2013	2003	2013
Fogão	99,73	99,70	99,79	99,83	99,77	99,81
Rádio	88,63	76,42	94,90	83,73	92,26	82,60
Televisão	86,79	95,96	95,72	98,12	91,96	97,79
Geladeira	88,51	98,05	97,80	99,58	93,88	99,35
Máquina de lavar roupa	20,89	50,46	54,44	77,23	40,31	73,12
Microcomputador	2,98	30,81	29,33	65,51	18,23	60,18
Energia elétrica (rede, gerador, solar)	96,82	99,88	99,76	99,92	98,52	99,91
Telefone celular	19,54	88,65	54,60	94,59	39,83	93,68
Telefone fixo	39,69	20,65	76,49	48,45	60,99	44,19

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2003 e 2013.

A maior presença de importantes bens duráveis de uso doméstico revela melhorias no padrão de vida e de consumo dos paranaenses, especialmente dos pobres, visto que aumentam o conforto no lar e a qualidade de vida das pessoas. Estes resultados positivos se devem às condições econômicas mais favoráveis da segunda metade dos anos 2000, às facilidades de acesso ao crédito com taxas de juros mais baixas, aumentos reais do salário mínimo e, principalmente, à expansão dos programas de transferências de renda (como o Bolsa Família).

Em relação à comunicação, com a difusão da telefonia móvel pré-paga e a redução no custo da ligação, observa-se grande expansão do acesso a esse serviço em todas as categorias de renda, inclusive com a redução do uso da telefonia fixa. Pode-se concluir que houve uma substituição do uso da telefonia fixa pela telefonia celular nos dois estratos de renda entre 2003 e 2013.

4.2 PERFIL DA POBREZA: UMA ANÁLISE PARA AS PESSOAS DE REFERÊNCIA PARANENSES

Antes de iniciar a descrição do perfil da pobreza das pessoas de referência do Paraná, é importante apresentar o comportamento de algumas medidas de pobreza (P0, P1 e P2), de desigualdade de renda (índice de Gini) e renda média. P0 é um índice que mede a proporção de pobres; P1 fornece a razão de insuficiência de renda, que mostra a diferença entre a renda dos pobres e a linha de pobreza; e P2 representa o hiato médio quadrático da pobreza, medindo sua severidade, pois atribui maior peso às pessoas mais pobres, as quais possuem um nível de renda muito inferior à linha da pobreza.⁸

Conforme os dados da Tabela 5, a proporção de pobres no Estado do Paraná reduziu-se de 35% em 2003 para 11% em 2013. Em relação aos indicadores P1, pode-se afirmar que, em média, a renda dos pobres no ano de 2003 era 14,8% abaixo do valor da linha de pobreza. Já em 2013 esse percentual caiu para 4,5%. Em outras palavras, os resultados para o indicador P1 mostram um déficit médio de renda de 14,8% em 2003 e de 4,5% em 2013 em relação à linha de pobreza. Quanto ao indicador P2, os valores encontrados estão bem baixos, o que indica um baixo índice de severidade da pobreza. Além disso, houve redução da severidade da pobreza em virtude da redução da proporção de pobres (P0) e da razão de insuficiência de renda (P1).

Tabela 5 - Medidas de pobreza, desigualdade de renda e renda média – Paraná (2003-2013)

Indicadores	2003	2013
P0	0,35	0,11
P1	0,15	0,04
P2	0,08	0,03
Índice de Gini	0,55	0,47
Índice de Gini para os pobres	0,25	0,28
Índice de Gini para os não pobres	0,46	0,42
Renda média do pobre em R\$ (A)	195,21	216,08
Renda média do não pobre em R\$ (B)	1.133,00	1.395,60
(A/B)*100	17,23	15,48

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2003 e 2013.

A Tabela 5 também apresenta o índice de Gini da renda média para o total da população e para os dois estratos de renda analisados. Nota-se uma melhoria no índice de Gini geral e para os não pobres e um leve retrocesso entre os pobres. Dado que a elevação do índice de Gini expressa o aumento da desigualdade, este passou de 0,25 para 0,28 para os pobres entre 2003 e 2013. No entanto, um fato positivo é que a desigualdade entre os pobres é menor do que entre os não pobres e para o total da população. Quanto à renda média dos pobres e dos não pobres, sua

⁸ Sobre as fórmulas para o cálculo destes indicadores e maiores explicações, ver Hoffmann (1998).

elevação foi maior para o estrato não pobre (23,2%) do que para o pobre (10,7%). Além disso, a diferença de renda entre pobres e não pobres é muito grande. Em 2003 a renda média dos pobres correspondia a 17,2% da renda média dos não pobres. Em 2013 houve piora neste indicador, que passou a ser 15,5%.

Os dados da Tabela 6 mostram que entre 2003 e 2013, apesar da redução, as pessoas de referência são predominantemente do gênero masculino entre pobres e não pobres. Todavia, os resultados sugerem que cada vez mais as mulheres têm ganhado importância como responsáveis pelo domicílio. Entre os pobres, a participação da mulher cresceu 18,8 p.p. no período de 2003 a 2013 e entre os não pobres este crescimento foi mais modesto (9,3 p.p.).

Tabela 6 - Distribuição das pessoas de referência por gênero e cor ou raça - Paraná (2003-2013) – Em %

	Categorias de renda					
	Pobres		Não pobres		Total	
	2003	2013	2003	2013	2003	2013
Gênero						
Masculino	77,60	58,79	74,58	65,30	75,64	64,49
Feminino	22,40	41,21	25,42	34,70	24,36	35,51
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Cor ou raça						
Branca	62,91	55,87	78,71	67,54	73,18	66,10
Amarela	0,23	0,89	1,24	1,46	0,88	1,39
Preta	4,63	5,26	2,62	4,00	3,33	4,15
Parda	31,93	37,39	17,29	26,75	22,41	28,07
Indígena	0,30	0,59	0,14	0,25	0,20	0,29
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2003 e 2013.

No que diz respeito à cor ou raça das pessoas de referência do Paraná, elas são majoritariamente brancas, independentemente da categoria de renda. No entanto, entre 2003 e 2013, houve redução na participação de pessoas que se autodeclararam brancas, enquanto os negros (pretos e pardos) tiveram aumento na sua participação em todos os estratos de renda. Este foi um movimento que também foi verificado para o país, visto que houve um aumento da valorização dos negros e os mesmo passaram a se reconhecer cada vez mais como pertencente a essa categoria. Destaca-se que entre os pobres, a proporção de negros aumentou de 36,6% para 42,7% entre 2003 e 2013, enquanto entre os não pobres, tal proporção elevou-se 19,9% para 30,7% (Tabela 6).

A Tabela 7 mostra que em 2013 68,6% das pessoas de referência pobres tinham até 49 anos de idade contra 54,66% entre os não pobres. Ressalta-se que entre os não pobres, a proporção de idosos com 60 anos ou mais responsáveis pelo domicílio é maior (25,07%) do que entre os pobres (15,10%).

Tabela 7 - Distribuição das pessoas de referência no domicílio por faixa etária - Paraná (2003-2013) – Em %

Faixas de idade	Categorias de renda					
	Pobres		Não pobres		Total	
	2003	2013	2003	2013	2003	2013
Até 17 anos	0,09	0,49	0,15	0,13	0,13	0,18
18 a 29 anos	17,60	14,81	11,92	11,92	13,91	12,28
30 a 39 anos	27,73	26,85	21,70	20,09	23,81	20,93
40 a 49 anos	24,75	26,46	24,03	22,52	24,28	23,01
50 a 59 anos	16,59	16,28	18,92	20,28	18,10	19,78
60 anos e mais	13,24	15,10	23,29	25,07	19,77	23,83

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2003 e 2013.

A análise dos dados relativos à escolaridade (Tabela 8) revela que, entre 2003 e 2013 para pobres e não pobres houve reduções na taxa de analfabetismo das pessoas de referência com 10 anos ou mais e a escolaridade média dos que têm 25 anos ou mais aumentou. Os dados de 2013 mostram que 11% dos pobres eram analfabetos, enquanto entre os não pobres esse percentual era de 5,8%. Quanto à escolaridade média, em 2013 os não pobres tinham cerca de dois anos de estudo a mais do que os pobres.

Em relação às faixas de escolaridade, destaca-se a redução da participação das pessoas de referência pobres e não pobres nas duas classes mais baixas de escolaridade (sem instrução e menos de um ano de estudo e de 1 a 4 anos de estudo). No entanto, vale ressaltar que em 2003, 59% dos pobres contra 37,57% dos não pobres tinham até quatro anos de estudo. Já em 2013, essas proporções caíram para 46,7% e 30,2%, respectivamente. Apesar da redução, o quadro da baixa escolaridade é bastante precário, sobretudo para os pobres.

Tabela 8 - Indicadores educacionais da pessoa de referência – Paraná (2003-2013)

Indicadores	Categorias de renda					
	Pobres		Não pobres		Total	
	2003	2013	2003	2013	2003	2013
Analfabetos (10 anos ou mais) - Em%	14,38	11,02	7,23	5,85	9,73	6,49
Escolaridade média (25 anos ou mais) - Em anos	5,49	6,64	8,17	8,86	7,32	8,60
Faixas de escolaridade (25 anos e mais) - Em %						
Sem inst. e menos 1 ano	18,08	15,05	9,85	9,28	12,72	9,99
1 a 4 anos	40,89	31,68	27,72	20,90	32,31	22,23
5 a 8 anos de estudo	26,71	28,45	20,30	21,11	22,53	22,02
9 a 11 anos de estudo	12,51	19,51	25,86	29,07	21,20	27,89
12 anos e mais de estudo	1,81	5,31	16,28	19,64	11,23	17,87

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2003 e 2013.

O baixo nível educacional das pessoas de referência, especialmente no estrato de renda inferior, pode ter impacto negativo sobre as condições de vida e trabalho da população paranaense. Por exemplo, pode ter consequências negativas sobre a situação de pobreza dos filhos, ou seja, das futuras gerações. Em consonância com Neri (2000), a baixa educação dos pais influenciaria negativamente a trajetória educacional dos filhos, resultando na reprodução da pobreza.

A Tabela 9 apresenta a taxa de participação e desemprego das pessoas de referências dos domicílios paranaenses. A taxa de participação mede a pressão da força de trabalho sobre o mercado de trabalho, visto que representa o total de ocupados e desocupados como proporção da população em idade ativa (PIA)⁹. Observa-se redução da taxa de participação entre 2003 e 2013 para os dois estratos de renda analisados, embora para os pobres tal redução tenha sido mais acentuada (17,9 p.p.) do que para os não pobres (4,1 p.p.). Complementarmente, é possível afirmar que à medida que a taxa de participação caiu, a taxa de inatividade aumentou: em 2013, 33,84% para os pobres e 24,43% para os não pobres. O relatório do IPARDES (2003, p. 23) também verificou uma elevada taxa de inatividade entre as pessoas de referência dos domicílios pobres paranaenses com base nos dados do Censo Demográfico de 2000:

[...] esses chefes tem um nível de inatividade maior, fato que merece ser destacado, uma vez que os chefes de famílias pobres são os que apresentam o perfil mais jovem. Essa inatividade pode estar associada a vários fatores, atuando isolada ou conjuntamente: o baixo nível de escolaridade; o desalento decorrente de tentativas frustradas de obter emprego; a opção, entre os jovens, por dar continuidade aos estudos, contando, neste caso, com o amparo de parentes para suprir suas necessidades.

A taxa de desemprego entre os pobres é muito elevada, quando comparada com a dos não pobres, o que, segundo o relatório do IPARDES (2003, p 24) *“aponta para uma situação ainda mais crítica quando, apesar da disponibilidade por parte das pessoas, as tentativas de encontrar emprego são malsucedidas”*. Conforme os dados da Tabela 9, enquanto a taxa de desemprego entre 2003 e 2013 aumentou para os pobres de 7,8% para 11%, para os não pobres a taxa reduziu-se de 1,3% para 1%. Esse dado reforça ainda mais a situação de pobreza das pessoas de referência, visto que é pelo trabalho que a maioria das pessoas obtém os meios para garantir sua sobrevivência e a de suas famílias.

Tabela 9 - Taxa de participação e desemprego total das pessoas de referência – Paraná (2003-2013)

Indicadores	Categorias de renda					
	Pobres		Não pobres		Total	
	2003	2013	2003	2013	2003	2013
Taxa de participação	84,05	66,16	79,65	75,57	78,19	74,41
Taxa de desemprego	7,84	11,00	1,30	0,98	3,67	2,08

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2003 e 2013.

No que diz respeito à posição na ocupação das pessoas de referência, a Tabela 10 mostra que houve aumento no período de 2003 a 2013 dos empregados com carteira assinada para as duas categorias de renda, contudo, este foi maior entre os não pobres.

⁹ A PIA é formada pela soma dos ocupados, desocupados e inativos. Neste artigo, foi considerada como PIA a população com 10 anos ou mais de idade.

Tabela 10 - Distribuição das pessoas de referência ocupadas por posição na ocupação no trabalho principal – Paraná (2003-2013) – Em %

Posição na ocupação	Categorias de renda					
	Pobres		Não pobres		Total	
	2003	2013	2003	2013	2003	2013
Empregados com carteira	35,67	39,34	37,88	46,23	37,12	45,54
Funcionários público e militar	2,67	2,26	7,90	8,03	6,09	7,45
Empregados sem carteira	24,36	23,65	11,42	11,17	15,91	12,42
Conta própria	31,31	26,32	29,11	24,03	29,87	24,26
Trabalhador na produção p/ próprio consumo	4,37	6,43	3,04	2,07	3,50	2,50
Trabalhador na construção p/ o próprio uso	0,27	0,42	0,11	0,11	0,17	0,14
Não remunerado	0,24	0,92	0,23	0,37	0,24	0,43
Empregador	1,10	0,67	10,29	7,99	7,11	7,26

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2003 e 2013.

Destaca-se também a maior proporção de ocupados sem carteira de trabalho entre os pobres relativamente aos não pobres. Apesar da redução verificada no período, em 2013, 23,6% dos pobres ocupados não tinham carteira assinada enquanto para os não pobres esse percentual era bem mais baixo, 11,2%. A ocupação de empregador apresentou queda nas duas categorias de renda, contudo é mais representativa entre os não pobres (8%), do que entre os pobres (0,7%).

Observando-se a distribuição dos ocupados por jornada de trabalho semanal (Tabela 11), um fato negativo é o aumento da proporção de ocupados que trabalham até 14 horas e de 15 a 39 horas semanais entre 2003 e 2013 tanto para os pobres como para os não pobres, sendo que tal aumento foi mais acentuado para os pobres. Esse movimento pode estar indicando aumento do subemprego, visto que, de modo geral, trata-se de ocupações com carga horária inferior à jornada de trabalho legal no Brasil (de 40 a 44 horas semanais). No período estudado, elevou-se também a participação de ocupados com jornada normal de trabalho.

Tabela 11 - Distribuição das pessoas de referência ocupadas por jornada de trabalho semanal Paraná (2003-2013) – Em %

Jornada de trabalho	Categorias de renda					
	Pobres		Não pobres		Total	
	2003	2013	2003	2013	2003	2013
Até 14 horas	3,79	9,28	3,63	5,08	3,68	5,50
15 a 39 horas	12,72	18,47	11,02	12,72	11,60	13,30
40 a 44 horas	29,15	41,51	34,78	49,80	32,83	48,97
45 a 48 horas	21,68	11,86	16,89	12,53	18,55	12,47
49 ou mais horas	32,67	18,89	33,60	19,86	33,28	19,77

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2003 e 2013.

As informações da Tabela 12 revelam que grande parcela das pessoas de referência paranaenses pobres começou a trabalhar ainda muito jovem. Em 2013, 69,7% até 14 anos e 90% até 17 anos, enquanto para os não pobres essas proporções foram 59,1% e 83,6%, respectivamente. Um dado importante é que as proporções de pessoas de referência que ingressam no mercado de trabalho com idade de até 17 anos diminuiu entre 2003 e 2013. Caso esse comportamento de postergar a entrada no mercado de trabalho tenha sido em razão dos estudos, esse

é um fato positivo, visto que com maior escolaridade, espera-se que as pessoas encontrem melhores oportunidades de trabalho.

Tabela 12 - Faixa de idade em que as pessoas de referência ocupadas começaram a trabalhar – Paraná (2003-2013) – Em %

Faixas de idade	Categorias de renda					
	Pobres		Não pobres		Total	
	2003	2013	2003	2013	2003	2013
Até 9 anos	30,94	21,30	21,79	15,95	25,12	16,55
10 a 14 anos	50,04	48,36	47,44	43,11	48,39	43,70
15 a 17 anos	14,07	20,30	18,99	24,49	17,20	24,02
18 a 19 anos	2,98	6,76	6,53	10,26	5,24	9,87
20 a 24 anos	1,20	1,92	3,60	4,77	2,72	4,45
25 a 29 anos	0,50	0,93	1,01	0,91	0,82	0,91
30 anos ou mais	0,27	0,43	0,63	0,51	0,50	0,50

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2003 e 2013.

Uma questão de fundamental importância em termos de promoção do bem-estar das pessoas e de suas famílias é o acesso aos benefícios da seguridade social. No período, houve elevação da proporção de pessoas de referência pobres e não pobres que contribuem com a previdência, embora os pobres estejam numa situação de maior vulnerabilidade relativamente aos não pobres, visto que em 2013, 55,5% dos pobres e 73,6% dos não pobres eram contribuintes (Tabela 13). A elevação da participação de contribuintes entre pobres assim como entre não pobres se deve ao aumento da proporção de pessoas ocupadas em atividades formais, conforme discutido anteriormente.

Tabela 13 - Proporção de pessoas de referência ocupadas que contribuem com instituto de Previdência – Paraná (2003-2013) – Em %

Contribuição à Previdência	Categorias de renda					
	Pobres		Não pobres		Total	
	2003	2013	2003	2013	2003	2013
Sim	42,77	55,47	62,49	73,55	55,66	71,74
Não	57,23	44,53	37,51	26,45	44,34	28,26

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2003 e 2013.

Apesar dessa expansão, a população coberta pela previdência ainda se encontra em níveis baixos. Os trabalhadores que não contribuem com a previdência não estão amparados pela legislação social e trabalhista, não tendo direito a uma renda que lhes garantam o próprio sustento e de suas famílias em situações como desemprego, acidente, doença, invalidez, gravidez, morte, prisão ou velhice. O não acesso aos benefícios da seguridade social torna ainda mais vulnerável a condição das pessoas que vivem em situação de pobreza.

O baixo percentual de contribuintes se deve fundamentalmente a alta proporção de ocupados em atividades informais, especialmente entre a classe de renda mais baixa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, a descrição da pobreza foi realizada a partir de um conjunto de indicadores relativos às condições do domicílio e de aspectos socioeconômicos das pessoas de referência no domicílio. Em relação às características do domicílio, que refletem suas condições de ocupação, qualidade, existência de bens de consumo de uso doméstico, acesso à telefonia e energia elétrica, observou-se que houve progressos entre 2003 e 2013, especialmente para os domicílios pobres.

Quanto aos indicadores de serviços de saneamento, apesar das melhorias entre 2003 e 2013 para pobres e não pobres, os dados analisados mostraram que o acesso a esses serviços, que deve ser ofertado a toda a coletividade, independentemente da faixa de renda, ainda precisa ser melhorado no Paraná.

Em relação aos aspectos relacionados às características natas das pessoas de referência, tais como gênero e cor, os dados revelam a predominância dos homens e brancos tanto entre pobres e não pobres. Sobre a educação, que é um aspecto crucial para o desenvolvimento humano, a situação no Paraná ainda pode ser considerada ruim, não obstante os avanços ocorridos no período.

Uma constatação que se destacou foi a taxa de desemprego dos pobres, que além de ser muito maior do que a dos não pobres, sofreu elevação entre 2003 e 2013, agravando a situação dos pobres. Além disso, os dados revelam subutilização da mão-de-obra, alta informalidade e baixa cobertura previdenciária, os quais estão mais presentes entre as pessoas pobres. São problemas que agravam consideravelmente o nível de pobreza.

Por fim, vale ainda destacar um fato positivo: a redução da proporção de pobres no Paraná entre 2003 e 2013 de 35% para 11%. No entanto, a diferença da renda média entre pobres e não pobres é muito grande. Tanto em 2003 como em 2013 a renda média dos pobres representava menos de 20% da renda do não pobre. Acredita-se que para diminuir essa disparidade as políticas de redução da pobreza no Paraná devem priorizar medidas que melhorem o nível da renda dos mais pobres. Por exemplo, através dos investimentos visando o aumento do nível educacional e de políticas que criem oportunidades de geração de empregos de qualidade em termos de maior formalização da força de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALTIMIR, O. La dimensión de la pobreza en América Latina. **Cuadernos de la Cepal**, Santiago de Chile, n. 27, 1979.

HAGENAARS, A.; DE VOS, K. The definition and measurement of poverty. **The Journal of Human Resources**, Wisconsin, v. 23, n. 2, p. 211-221, 1988.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda**: medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 217-224, 1998.

IBGE. **Uma análise das condições de vida da população brasileira**. Síntese de indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2010 (Série Estudos e Pesquisas, 27).

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011**– Notas metodológicas da pesquisa básica. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Famílias pobres no estado do Paraná**. Curitiba: IparDES, 2003.

LADERCHI, C. R.; SAITH, R.; STEWART, F. Does it matter that we do not agree on the definition of poverty? A comparison of four approaches. **Oxford development studies**, v. 31, n. 3, p. 243-274, 2003.

LIMA, A. L. M. C. **Modelagem de equações estruturais**: uma contribuição metodológica para o estudo da pobreza. 2005. 286 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

MAXWELL, S. **The meaning and measurement of poverty**. Overseas Development Institute - Poverty Briefing, United Kingdom, n. 3, p. 1-4, Feb. 1999.

NERI, M. Políticas estruturais de combate à pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, p. 503-526, 2000.

OSÓRIO, R. G.; SOUZA, P. H. G. F.; SOARES, S. S. D.; OLIVEIRA, L. F. B. **Perfil da pobreza no Brasil e sua evolução no período 2004-2009**. Texto para Discussão n. 1647, Brasília: IPEA, 2011.

PNAD. Microdados. **PNAD 2003 e 2013**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20/05/2015.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. **O tamanho da pobreza**. Economia política da distribuição de renda. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

SALLES, V.; TUIRÁN, R. Três propostas conceituais e alguns argumentos metodológicos a considerar na pesquisa sobre a pobreza. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Pobreza e Desigualdades Sociais**. Salvador: SEI, n. 63, p. 65-74, 2003.

SCHWARTZMAN, S. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SEN, A. K. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, A. M. R.; LACERDA, F. C. C.; NEDER, H. D. A evolução do estudo da pobreza: da abordagem monetária à privação de capacitações. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 21, n. 03, p. 509-527, Jul./Set. 2011.